

REGIMES AGROALIMENTARES E O LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR – UMA APRESENTAÇÃO AO DEBATE

AGRIFOOD SCHEMES AND PLACE OF FAMILY FARMING - A PRESENTATION TO DEBATE

Sergio Schneider¹
Maycon Schubert²
Fabiano Escher³

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma breve introdução sobre a análise dos regimes agroalimentares e discutir alguns aspectos nas suas relações com agricultura familiar. O artigo procura situar a discussão sobre a globalização e entender como a agricultura e a produção de alimentos se inseriu neste processo. São apresentados e descritos os três regimes agroalimentares sugeridos na literatura internacional e discute-se as condições e possibilidades da agricultura familiar neste contexto. Por ser um artigo introdutório ao debate dos regimes alimentares, as conclusões indicam para a necessidade de se aprofundar as análises sobre o lugar da agricultura familiar especialmente no que se refere à sua inserção nos regimes agroalimentares globais.

Palavras chaves: Regimes Agroalimentares. Globalização. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural.

Abstract: The purpose of this article is to present a brief introduction to the analysis of agrifood regimes approach and discuss some aspects in relation with family farming. The article seeks to address the discussion on globalization of food and to understand how agriculture and food production are entered in this process. The three food regimes are presented and described as they appear in the international literature and the conditions and possibilities of family farming in this context is discussed. As an introductory article to the discussion of the food regimes, it concludes by indicating that deepen analysis of the place of family farming, especially with regard to its insertion in the global agrifood regimes, is need and should be carry on by scholars.

Key words: Food regimes. Globalization. Family farming. Rural development.

¹ Professor de Sociologia do Desenvolvimento Rural e Estudos Alimentares na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Desenvolvimento Rural (PGDR). E-mail: schneide@ufrgs.br.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em regime de co-tutela com a Universidade de Oviedo (UNIOVI)., Espanha. E-mail: maycon.schubert@gmail.com

³ Doutor em Desenvolvimento Rural pelo PGDR-UFRGS (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul). E-mail: escher_fab@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A globalização da agricultura e da produção de alimentos é um fenômeno largamente reconhecido entre estudiosos e especialistas, tanto entre os que lhe são favoráveis como aqueles que a criticam. Embora a transnacionalização do comércio seja um fenômeno antigo, é fato que somente a partir da década de 1970 a globalização se acelerou e abriu-se uma nova fase, marcada pela atuação global de empresas, intensificação das transações de produtos, finanças e informações. A escala destas atividades passou a ser global, fazendo com que os Estados e as economias nacionais perdessem força de regulação e controle. Todavia, a globalização não é apenas um fenômeno econômico, produtivo e tecnológico, mas também afeta a cultura e as percepções, criando a impressão generalizada de que a intensidade das relações sociais e a instantaneidade das informações se aceleram cada vez mais.

No tocante a agricultura e a produção de alimentos, por ser fortemente ancorada aos recursos naturais (água, solo e biodiversidade), imaginava-se que pudesse haver um caminho diferente em relação à globalização, talvez mantendo alguma reserva ou espaço de manobra. Contudo, vários estudiosos mostraram que a agricultura foi, talvez, o setor econômico e produtivo que mais cedo ingressou neste processo de internacionalização, sendo hoje um dos setores que mais se caracteriza por atuar em escala e intensidade globais (OOSTERVEER; SONNENFELD, 2012).

Nesse sentido, é possível perceber que nas últimas décadas os fluxos e a circulação de alimentos, fibras e matérias-primas ampliaram-se de forma exponencial, transformando o setor agroalimentar em uma indústria de grande interesse e fonte de riqueza. Um estudo recente de D’Odorico *et al.* (2014), mostra que a quantidade de alimentos comercializados no mercado internacional mais do que duplicou entre 1986 e 2009. Ao longo das últimas três décadas a proporção de alimentos para consumo humano, comercializada no mercado internacional, aumentou de 15% em 1986 para 23% em 2009. D’Odorico *et al.* (2014, p.461) mostram que atualmente cerca de 23% dos alimentos produzidos para consumo humano são comercializados internacionalmente. Por outro lado, é importante frisar que 77% dos alimentos produzidos no mundo ainda são consumidos em mercados nacionais e, sobretudo, locais.

Não menos importantes e expressivos, no entanto, são os problemas que surgiram a partir desse processo, podendo-se citar a homogeneização das dietas alimentares, largamente baseadas na combinação de carboidratos e proteínas de origem animal, e os impactos ambientais generalizados. Há uma longa lista de efeitos que podem ser citados, mas como mais importante basta dizer que a agricultura e a produção de alimentos são os principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa (LANG; HAESMANN, 2015; HAWKES, 2009).

Neste contexto, pesquisadores e estudiosos passaram a elaborar modelos teóricos para analisar o sistema agroalimentar contemporâneo (MARSDEN; MORLEY; 2014). Segundo Caiazza e Volpe (2012), o sistema agroalimentar pode ser entendido como uma combinação de instituições, atividades e empreendimentos que, coletivamente, desenvolvem e fornecem insumos materiais para a agricultura e a produção de produtos primários e, posteriormente, transformam, processam, transportam, comercializam e distribuem alimentos e outros produtos agroalimentares aos consumidores.

O surgimento das análises sobre os sistemas agroalimentares globais e seu *modus operandi* passou a ser o tema central da abordagem conhecida como regimes alimentares (*food regimes*), que tem no trabalho de Friedmann e McMichael (1989) a sua pedra angular.

Neste artigo, pretendemos apresentar a abordagem dos regimes alimentares como uma referência para o estudo das transformações do sistema agroalimentar internacional e analisar o papel e o lugar da agricultura familiar, especialmente no que concerne a alguns de seus desafios e oportunidades.

Além dessa introdução, o artigo possui outras três seções. Na segunda seção discute

-se as características, as fases e a evolução dos regimes alimentares. Na terceira seção pretende-se analisar as influências dos regimes alimentares sobre a agricultura familiar. Por fim, em um terceiro momento, apresenta-se uma síntese buscando apontar perspectivas e desafios sobre esse debate.

2 A ABORDAGEM DOS REGIMES ALIMENTARES – ALGUMAS DEFINIÇÕES

O conceito de “regime alimentar” foi formulado inicialmente por Harriet Friedmann (1982; 1987; 1993), a partir de seus trabalhos sobre a ordem alimentar internacional do Pós Segunda Guerra Mundial. Mas o artigo seminal e fundador da abordagem dos regimes alimentares foi publicado em por Friedmann e McMichael, em que os autores afirmam que a abordagem teórica sobre os regimes alimentares pretende analisar “o papel da agricultura no desenvolvimento da economia mundial capitalista e os rumos do sistema estatal” (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989, p. 93).

O recurso à noção de regime alimentar permite apreender a existência de uma lógica política e econômica global na dinâmica da agricultura e da alimentação na evolução do capitalismo. Segundo os autores, esse processo se expressa por meio das estratégias, ações, políticas e práticas desenvolvidas por certos atores (grandes empresários, investidores, proprietários fundiários, agricultores) e instituições econômicas e políticas (corporações transnacionais, bancos, burocracias estatais, grupos de interesse, agências multilaterais, movimentos sociais). Disso resulta uma determinada configuração que enseja conflitos de poder e hegemonia que se refletem historicamente nas formas institucionais através das quais as relações de produção, troca, distribuição e consumo de mercadorias agropecuárias e alimentares são ordenadas e os sistemas agroalimentares nacionais se interrelacionam em escala global, dando origem ao que os autores chamam “regimes alimentares internacionais”.

Nesse sentido, o cientista social norte-americano, da Universidade de Cornell, Phillip McMichael, passou a utilizar largamente o conceito de “regime alimentar” com o objetivo de analisar os momentos estruturais e de transições da produção de alimentos, a partir da história das relações capitalistas (McMICHAEL, 2009; 2013).

Para Friedmann (1993), os regimes alimentares servem como um arcabouço analítico e institucional das regras e dos períodos históricos para entender a interação entre os atores sociais, os agricultores, as empresas e os trabalhadores envolvidos em todos os aspectos da produção de alimentos,

fabricação, distribuição e vendas, assim como as agências governamentais, os cidadãos e os consumidores.

Friedmann (2009, p.335) definiu um regime internacional como “um conjunto específico de relações, normas, instituições e regras (frequentemente implícitas) em torno das quais as expectativas de todos os atores relevantes convergem.” A partir dessa definição abstrata a autora parte para o conceito mais concreto de “regime alimentar”, sendo necessário identificar as formas estruturais que contém certos conjuntos de instituições e de relações historicamente específicas, que funcionam como “pivôs das tensões estabilizadas” dentro dos regimes.

Segundo a autora, a definição de regimes alimentares inclui constelações de relações de classe, especialização geográfica e poder interestatal, articulando ‘relações internacionais de produção e consumo alimentar’ a ‘períodos de acumulação de capital’ (FRIEDMANN, 2009, p. 335). Assim, a formação concreta de um regime alimentar envolve uma constelação específica de governos, corporações, organizações coletivas e indivíduos, que permite uma acumulação de capital baseada na definição compartilhada dos propósitos dos atores chave, enquanto os outros são marginalizados (FRIEDMANN, 2005, p. 229).

Apesar de coincidirem no artigo inaugural sobre a definição e periodização dos regimes alimentares, em seus trabalhos posteriores McMichael (2009a) caminhou em uma direção que o levou a definir os “regimes alimentares” de modo diverso ao de Friedmann (1993, 2005, 2009). Na perspectiva de McMichael, regime alimentar pode ser considerado um conceito, um instrumento analítico para tratar das questões específicas e dos elementos constitutivos dos processos estruturantes da economia política e das relações de mercadoria (“commodity relations”, na formulação original dos autor) em qualquer momento particular da história política do capital. Os regimes alimentares não são entendidos em sentido concreto, como uma formação estrutural em si mesma, mas essencialmente como um método de análise, que serve para identificar os fundamentos agroalimentares de períodos, ciclos, ou mesmo tendências seculares do capitalismo.

Neste sentido, segundo McMichael, os regimes alimentares constituem uma lente para observar as relações mais amplas na história política do capital.

Eles expressam, simultaneamente, formas de ordenamento geopolítico e suas formas de acumulação correspondentes, sendo ambos vetores de poder (McMICHAEL, 2009a, p.148).

O quadro 1 a seguir representa uma compilação das principais características dos três regimes alimentares extraído dos artigos de Friedmann e McMichael (1989) e autores como Burch e Lawrence (2005), além de outros que se filiam diretamente ou dialogam criticamente com esta abordagem (PRITCHARD, 2009; PEINE, 2009; BURSCH, LAWRENCE, 2009; PLOEG, 2008; HOLT-GIMÉNEZ, SCHATTUK, 2011; OTERO, 2012).

Quadro 1 - Resumo dos três regimes alimentares.

	Primeiro regime Alimentar	Segundo regime Alimentar	Emergente, Terceiro regime alimentar
Começo aproximado	1870-1930	1950-1970	2000-dias atuais
Nome/definição	Colonial-Diaspórico	Mercantil-Industrial	Corporativo-Ambiental
País como centro de poder	Grã-Bretanha	Estados Unidos	Eixo China/EUA
Principal dirigente ou tomador de decisões	Estados (principalmente os colonizadores) nacionais e fazendeiros	Companhias processadoras	Corporações transnacionais do setor varejistas, supermercados
Modo de regulação e Governança	Impérios coloniais	Estados Nacionais via Keynesianismo gerenciado	Desregulação neoliberal
Ideologias Dominantes	Liberalismo-Colonialismo	Desenvolvimentismo-AntiComunismo	Neoliberalismo-Globalização
Sistema Monetário Internacional	Padrão Ouro-Libra	Ouro-Dólar (Bretton Woods)	Dólar-Flexível (Pós-B. Woods)
Paradigma Agro-Tecnológico	Tradicional	Mecânica e Química	Bio-e-nano-tecnologias, TIC's
Características dos alimentos	Gêneros alimentícios básicos para preparação caseira	Gêneros alimentícios básicos e processados para preparação caseira e refeições fora de casa	Gêneros alimentícios básicos, processados e manufaturados para preparação caseira, conveniência e refeições flexibilizadas
Identificador	Produtos sem marca e sem diferenciação	Produtos de marca	Produtos de marca, marcas dos próprios supermercados e marcas genéricas
Movimentos Contestação	Trabalhadores	Agricultores	Consumidores

Fonte: Os autores a partir de Burch e Lawrence (2005), Friedmann e McMichael (1989), Friedmann (2005), McMichael (2005).

O primeiro regime alimentar (1870-1930), denominado de regime alimentar colonial-diaspórico, caracterizou-se pela dispersão da nova corrida

colonialista do século XIX, onde a busca por novas colônias, com foco na produção de matérias primas para as indústrias na Europa, marcou o início desta fase. Naquele contexto, a Inglaterra foi a primeira a sacrificar sua segurança alimentar doméstica, onde os *landlords*, assim chamados por serem os donos das terras (meios de produção), pressionaram a taxaço do trigo importado (através da chamada "*corn laws*", que proibia a importação de qualquer gênero alimentício pela Inglaterra), evitando a queda dos preços domésticos, mas sacrificando os consumidores.

Alguns acontecimentos marcaram esse período 1870 até 1930 tais como: a) a redução dos custos da alimentação para a população urbana; b) emigração em massa de camponeses da Europa para as novas colônias, formando assim a categoria de agricultores familiares, nunca antes existente na história; c) a criação de uma classe de agricultores dependentes das exportações.

Sob a ideologia do imperialismo do livre comércio, os países colonizados das zonas tropicais da América, África, Ásia e Oceania eram incentivados ou compelidos a fornecer alimentos baratos, especialmente produtos como trigo, milho e carne, açúcar, café, cacau e chá, entre outros, para que as metrópoles europeias, com a Grã-Bretanha à frente, pudessem manter os custos de reprodução da força de trabalho – os salários dos operários urbanos – em níveis baixos, permitindo que o processo de acumulação industrial daqueles países avançasse alimentado por altos lucros.

O segundo regime alimentar foi denominado de "regime alimentar mercantil-industrial" e se caracteriza, principalmente, pela ascensão dos EUA no cenário mundial da produção de alimentos, bem como pelas chamadas "ajudas alimentares" (*food aid*), além da forte presença das indústrias na agricultura⁴. Este regime teria vigorado no período após a Segunda Guerra Mundial até a década de 1970. O marco simbólico de sua origem seria a recusa da instituição

⁴ As políticas de ajuda alimentar passaram a existir no período do pós-II Guerra mundial para ajudar os países em dificuldades ou para resolver problemas de pobreza e fome. As ajudas alimentares norte-americanas foram institucionalizadas e passaram a fazer parte da política externa do país mediante o mecanismo conhecido como PL-480 (Public Law 480, Agricultural Trade Development and Assistance Act), criado por Dwight D. Eisenhower em Julho de 1954 no âmbito do Programa Alimento para a Paz (Office of Food for Peace), que recebeu forte impulso nos anos 1960 por J.F. Kennedy e se tornou internacionalmente conhecido como uma política de ajudas alimentares dos Estados Unidos com os países politicamente alinhados.

do Conselho Mundial de Alimentação, em 1947, juntamente com a derrota da proposta do *Bancor Plan* de John M. Keynes.

Durante esse período 1950 até 1970, o plano Marshall representou uma importante ajuda na reconstrução da Europa, destruída pela 2ª guerra mundial. A crise alimentar de 1974, precedida pela primeira crise do petróleo, marca o início do seu declínio, que se efetiva com uma série de desentendimentos, retaliações e disputas litigiosas entre Europa e EUA no âmbito do GATT.

Sob a marca ideológica da Guerra Fria, a principal característica definidora do regime era a transferência de excedentes agrícolas dos países do Norte para os países do Sul através dos programas chamados pelo eufemístico nome de “*Food Aid*”, que na prática constituíam uma forma de *dumping*⁵. Esse fenômeno desestimulou a produção voltada ao abastecimento interno nestes países, pois a entrada de alimentos dos EUA, largamente subsidiados, acabou desestimulando a produção nacional. Alguns países buscaram defender sua agricultura, adotando práticas de subsídios e incentivos a produção doméstica, como o Japão, Inglaterra e a então recente UE, criada em 1957 pelo Tratado de Roma. Outra característica definidora fora a introdução do modelo tecnológico de agricultura industrial que disseminou a “revolução verde” nos países em desenvolvimento do Sul⁶.

O terceiro regime alimentar estaria vigente no momento atual e teria iniciado em 2000, sendo caracterizado como o “regime alimentar corporativo” por McMichael (2013; 2016). Não há consenso acerca da emergência do terceiro regime alimentar, principalmente por dois motivos. Primeiro, não há sinais claros de uma subversão definitiva da hegemonia norte-americana, embora a ascensão

⁵ Práticas de *dumping* são consideradas aquelas em que as empresas e/ou políticas de governo subsidiam os produtos exportados para que tornem-se mais baratos do que os produzidos dentro do país importador, fazendo com que estes países tornem-se dependentes, os quais acabam por não desenvolver suas forças produtivas, com vistas a suprir seu mercado interno de consumo.

⁶ Friedmann e McNair (2008; ver também FRIEDMANN, 2005) ressaltam quatro pontos críticos deste segundo regime alimentar, quais sejam: a) queda nos preços agrícolas pelo mundo, além da entrada de produtos substitutos da indústria na agricultura; b) crescimento do poder de *lobby*⁶ dos agricultores e suas corporações; c) as transnacionais se viram constrangidas pelas barreiras tarifárias e os subsídios domésticos dos países, passando assim a defender a rápida liberalização do comércio; d) debate sobre a fome no mundo, iniciada em 1974. Aliado a estes fatores, o debate em torno da liberalização do comércio na agricultura era premente, vindo a entrar na agenda do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) em 1986 e a consolidar-se no WTO (*World Trade Organization*), criado em 1995, marcando assim o fim do segundo regime alimentar.

da China seja fato inconteste no desenho de uma nova ordem mundial. Segundo, o sistema financeiro internacional de câmbio flexível liderado pelo dólar vive um momento de instabilidade e incertezas desde a crise de 2008, sem que, contudo, haja alguma alternativa imediata e crível. Todavia, este regime se caracteriza pela atual fase neoliberal, com a ascendência de novos atores no cenário mundial da produção de alimentos, como os países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a flexibilização da produção, facilidades na circulação dos alimentos a longas distâncias, preocupação com a qualidade dos alimentos, segurança alimentar, fome, padrões de controle sanitários, produtivos e de transportes, e outros. Estes aspectos estariam ligados às preocupações em torno dos alimentos por parte dos consumidores, principalmente após os surtos alimentares vividos na Europa a partir da BSE (*Bovine Spongiform Encephalopathy*) e da aftosa (*Foot-and-mouth disease*).

Segundo alguns dos expoentes da abordagem dos regimes alimentares, o ano de 1995 parece marcar o início deste novo período, com o estabelecimento da Organização Mundial do Comércio (WTO) e do Acordo sobre Agricultura (AoA), que institucionaliza a liberalização dos mercados nacionais e restringe os direitos dos estados regular a agricultura e a alimentação. Sob a ideologia neoliberal da globalização e do estado mínimo e a crescente financialização da riqueza (fundos de *hedge*, consórcios de equidade privada, derivativos cambiais, mercados futuros), as grandes corporações transnacionais passaram a dominar não só as indústrias a montante e a jusante da agricultura, mas principalmente os grandes canais de distribuição do comércio varejista – a “revolução dos supermercados”. Estes grandes *players* passaram também a se apropriar e aplicar sistematicamente biotecnologias e novas tecnologias da informação e transporte ao longo da cadeia produtiva e de consumo, assim como a emular discursos convergentes com a política ambiental e a saudabilidade, buscando espaços de valorização com alimentos de qualidade e orgânicos, marcas próprias e produtos funcionais, além de incentivar processos de certificação e rastreabilidade corporativas, bem como segmentar e diferenciar produtos e estratégias de *marketing*.

3 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

Nos anos recentes, houve uma enorme profusão de análises e estudos sobre os sistemas agroalimentares. Conforme apresentado na seção anterior, a abordagem dos regimes alimentares é uma das perspectivas analíticas disponíveis mais identificadas com a economia política marxista, que dialoga com a teorias dos sistemas mundiais e a teoria da regulação, sem, todavia, aderir univocamente a qualquer uma delas (McMICHAEL, 2013).

No que se refere aos temas tratados por esta literatura, um dos aspectos chaves é a centralidade que o comércio e a distribuição passam a desempenhar nesse momento, e não mais a indústria de alimentos, e menos ainda a produção agrícola em si. Há uma preocupação notável com o fato de que cada vez mais as grandes corporações passam a dominar o comércio de alimentos no mundo, ampliando seu poder na determinação de padrões de consumo (BURCH; LAWRENCE, 2005).

Não obstante, existe um conjunto de fatores que levaram a consolidação desta lógica aos sistemas agroalimentares. A facilidade na mobilidade de capitais, as fortes tendências de concentração dos capitais, o crescente consumismo nas sociedades, mudanças econômicas e culturais no Oriente, em especial na China, expansão tecnológica, entre outros, são chaves para compreender esses fenômenos.

Como pivô central deste quadro analítico, está a "governança informacional", que caracteriza-se por atribuir à informação um papel chave nos processos de reestruturação. Mol (2010) descreve este conceito de maneira a colocá-lo no centro das mudanças ocorridas nos sistemas agroalimentares, passando desde a constituição de padrões de qualidade, através de convenções privadas e controle do estado, até a tradução das demandas sociais, ambientais e econômicas dos consumidores para o setor produtivo, mediando assim, a construção da confiança a partir das informações obtidas e transformando-as em lucro. Este fato faz com que as informações sobre um determinado produto tenham maior valor do que o próprio produto. Como exemplo, Mol (2010) cita

que o valor de mercado de alguns produtos físicos é determinado por menos de 10% do seu conteúdo.

Nesse mesma perspectiva, mas partindo de um ponto de vista da saúde pública e da nutrição, Lang (2015) chama atenção para os riscos provocados por esse padrão de consumo que utiliza o marketing como um fator de expansão e adesão. O autor destaca que na Inglaterra as 20 maiores marcas no setor de alimentos gastaram 105 milhões de libras com *marketing*. O autor argumenta que um dos problemas decorrentes do consumo de alimentos altamente industrializados está relacionado à obesidade, doenças coronárias, pressão e etc, os quais tornaram-se problemas de saúde pública e assim demandam enormes gastos governamentais.

A atual fase do regime alimentar apresenta uma dinâmica muito ligada à evolução tecnologia da informação, bem como a concentração de capitais nas mãos de poucos grupos econômicos. Tal constatação nos leva a acreditar que os grandes supermercados tornaram-se o centro deste sistema, promovendo mudanças nos padrões de consumo, captando as tendências dos consumidores e transmitindo-as ao longo da cadeia a montante, imprimindo assim fortes mudanças nos padrões técnicos de produção, beneficiamento e logística.

Neste sentido, atribui-se um papel cada vez mais determinante aos supermercados na configuração dos sistemas agroalimentares. Segundo Reardon e Berdegué (2002; REARDON; TIMER, 2007), na América Latina o processo de supermercadização avançou muito rápido nos últimos anos, sendo que nos EUA demorou 50 anos para ocorrer. Wilkinson aponta ainda que, atualmente, a participação destes grandes *players* no comércio de alimentos esteja entre 45-75% nos seis principais países da América Latina (WILKINSON, 2008, p. 132).

A pressão que esses grandes supermercados exercem, estende-se muito além do setor agroalimentar, muitas vezes gerando forte influência na organização da produção e no próprio modelo de produção, transformando-o em uma correia de rápida transmissão das tendências de consumo para o chão das fábricas ou campos agrícolas.

Apesar de seu efeito concentrador, autores como Oosterveer *et al.* (2010; GUIVANT; SPAARGAREN; RIAL; 2010) acreditam que o crescimento da

supermercadização pode estar contribuindo em abrir espaços para o mercado de produtos orgânicos. Segundo o autor, nestes supermercados, a demanda por alimentos saudáveis está contribuindo significativamente para o crescimento da produção e consumo de orgânicos, contradizendo as previsões negativas de uma parte do movimento da agricultura orgânica sobre as vendas por meio de supermercados. Porém, tal fato atribui maior credibilidade aos conceitos de Friedmann (2005), quando afirma que o sistema agroalimentar, em sua terceira fase, passa por um "esverdeamento do capitalismo" (FRIEDMANN, 2016).

Nos anos recentes parece que a abordagem dos regimes alimentares ganhou novo impulso. Há um conjunto recente de artigos que está sendo publicado em um número especial do *Journal of Peasant Studies* (BERNSTEIN, 2016; McMICHAEL, 2016; FRIEDMANN, 2016; PRITCHARD, *et al.* 2016) que reflete tanto sobre a pertinência dos referenciais teóricos da economia política como da interpretação do processo de globalização alimentar (BERNSTEIN, 2016).

A apresentação resumida deste quadro de análise indica a potencialidade destas referências teóricas e analíticas para compreensão do processo de globalização do sistema agroalimentar e pode ser de grande valia aos estudiosos do Brasil que pretendem compreender seus efeitos ou possíveis repercussões sobre a agricultura familiar.

4 O LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR - OPORTUNIDADES E DESAFIOS

As lutas dos agricultores familiares por melhorias quase sempre esteve direcionada às reivindicações por terra, crédito e justiça social. Muito raramente se menciona os mercados e a necessidade de atender a uma demanda dos consumidores ou até mesmo criar uma determinada demanda entre os consumidores.

Mais recentemente, contudo, alguns autores como Wilkinson (2008) passaram a analisar as perspectivas da agricultura familiar em face ao contexto mais geral dos sistemas agroalimentares e os mercados. Segundo o autor, o

principal desafio para a inserção dos agricultores familiares nos mercados, com exceção das *commodities*, é

a capacidade de transformar processos e produtos locais que criam mercados com extensões e desdobramentos de redes sociais em produtos e processos com capacidade de viajar e de manter as suas características específicas mesmo frente a consumidores desconhecidos (WILKINSON, 2008, p. 17).

Neste sentido, o autor sugere que um tema central sobre o "desenvolvimento rural" atual refere-se a uma mudança na percepção dos alimentos. Haveria a necessidade de se enxergar os alimentos não apenas a partir de suas características fisiológicas, mas também simbólicas, o que poderia abrir novos mercados relacionados à proteção ambiental e valorização cultural. Nesta perspectiva é que milhares de IG's (Indicações Geográficas) e DO's (Denominação de Origem) surgiram na Europa e estão se espalhando pelo mundo. Essa jogada de *marketing* tem um duplo papel, que é proteger a agricultura destes países e conquistar nichos de mercado, ambos através da proteção e patenteamento intelectual que caracterizam, em particular, determinado produto e determinada região, de forma peculiar e ímpar.

Segundo Wilkinson (2008), um segundo cenário refere-se ao aumento da demanda mundial de alimentos como carnes, leite, frutas tropicais, fumo, grãos, entre outras. Nesse caso, haveria espaço para uma parcela pequena dos agricultores familiares com capacidade de se integrar as cadeias produtivas e sujeitar-se aos sistemas de imposição de preços e regras estabelecidas por estas indústrias. Segundo o autor, uma alternativa seria "individualizar" os produtos, usando atrativos como qualidades e formas diferenciadas de produção, via nichos de mercado.

Um terceiro cenário poderia ser composto pelos extratos da agricultura familiar menos favorecidos, que vivem no limite da luta pela sua sobrevivência. Para estes, os mercados institucionais tem sido, ainda que de forma limitada, uma possibilidade de recuperação e alavancagem produtiva, pois através do crédito, assistência, seguro e compra garantida, fecha-se um ciclo de "proteção" em torno deste grupo. Mesmo assim, na visão de Wilkinson (2008), uma parcela deste público dificilmente alcançará um patamar de produção agrícola que lhes possibilite sair da linha de pobreza. Para estes, ainda é necessário o

assistencialismo do Estado e, talvez, a reconversão destes grupos a outras formas e meios de vida que não a agricultura.

Um quarto cenário estaria relacionado às oportunidades ligadas à agregação de valor e ocupação de nichos de mercado através da diferenciação e especialização em um determinado produto, por exemplo: agroindústrias familiares rurais (PELEGRINI, GAZOLLA, 2008). Poucos agricultores enquadram-se neste perfil, pois requer uma visão de negócios mais apurada e um perfil de gerenciamento que nem todo o agricultor está apto ou tem vontade de assumir, além das dificuldades apresentadas pela legislação em relação aos padrões arquitetônicos e higienização, principalmente pelo alto custo envolvido. Em parte, tais práticas poderiam ser aliadas a outras estratégias, vindo a somar um portfólio de opções de renda para a propriedade rural que, somando-se a outras atividades agrícolas e não agrícolas desempenhadas pelos diferentes membros da família poderiam constituir-se em um conjunto complexo de acessos a diferentes mercados e diferentes espaços de produção e serviços.

Por fim, há um cenário composto por várias práticas sociais, que se encontra escondido, encoberto pelas análises econômicas convencionais que não valorizam as estratégias como a produção para autoconsumo, reciprocidade, redistribuição, as ajudas comunitárias e os mutirões (GRISA, 2007). Apesar de invisíveis do ponto de vista da produção econômica, estas práticas garantem os meios de vida a uma parcela não desprezível da população que vive no meio rural do Brasil.

A inserção e a reprodução dos agricultores em qualquer um destes cenários requer um mínimo de organização social, quer seja em cooperativas, associações ou grupos. A organização coletiva é essencial tanto do ponto de vista da necessidade de contatos e trocas de informações, como das oportunidades, pressões e negociações, sendo central para criar os laços fracos e laços fortes (GRANOVETTER, 2005)⁷.

⁷ Os laços fortes seriam as relações mais constantes no tempo e próximas no espaços, tornando-se redundantes, como exemplo clássico tem-se a família. Já os laços fortes seriam as relações sociais não redundantes que seriam, desta forma, menos recorrentes no tempo e mais espaçadas no espaço, sendo um exemplo, antigas amigas da época da faculdade. (GRANOVETTER, 2005).

Além destes aspectos organizativos e institucionais, outra ressalva em relação às atuais formas de troca existentes nos mercados, são as questões contratuais e legais. Cada vez mais, as exigências burocráticas, prazos, normas e sistemas de informação são requisitos para se inserir em mercados. Esse último quadro cria dificuldades aos agricultores familiares que limitam o acesso a recursos e informações, especialmente no que se refere às políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de um debate em torno dos regimes alimentares, neste artigo procuramos mostrar as relações entre o processo de transnacionalização do sistema agroalimentar e como este afeta a agricultura familiar, especialmente no que concerne a sua inserção nos mercados.

A literatura revisada, assim como os processos concretos analisados, tal como a supermercadização da distribuição de alimentos mostra que a agricultura familiar se defronta com uma série de limitantes e dificuldades. Contudo, os trabalhos de Wilkinson (2008) indicam que há oportunidades e possibilidades que englobam os aspectos produtivos, organizativos e informacionais.

Os grandes grupos econômicos dominam o varejo, imprimindo a montante uma dinâmica ligada à demanda imediata do consumidor, que rapidamente influencia toda base técnica de produção, beneficiamento e logística. Aprender a lidar com as informações, articular redes de contatos, organizar a base produtiva, constituir parcerias com outras organizações, buscar apoios institucionais e saber vender uma imagem, são chaves na busca e na construção dos mercados.

Nem todos os agricultores familiares possuem as mesmas oportunidades, alguns estão mais ligados a uma base produtiva voltada para a cadeia de *commodities*, outros estão inseridos em cadeias curtas através de uma imagem ligada, muitas vezes, a um determinado território em particular, outros conseguem construir redes de relações locais que permitem que sua marca seja reconhecida e consumida localmente, etc.

Mas existem milhares de agricultores familiares espalhados pelo mundo, principalmente em países mais pobres, que estão a margem destes mercados que acabamos de citar (PLOEG, 2000; 2008). Talvez, alguns deles, com o apoio das políticas públicas, consigam (re)constituir sua base produtiva e participar do abastecimento interno de alimentos no país ou região onde se encontram.

Outra fonte de preocupação é que além dos custos de produção agrícola presentes no modelo atual dominante, existem os chamados custos de transação, que envolvem todos os custos organizacionais e transacionais presentes nos contratos de compra e venda realizadas através dos mercados e ou das próprias organizações, que são difíceis de contabilizar e ao mesmo tempo podem ser importantes limitantes de acesso aos mercados, principalmente os institucionais (AZEVEDO, 2000; NIEDERLE, 2011).

Nesse sentido, é fundamental compreender não apenas as dinâmicas locais de inserção mercantil, reprodução social e econômica dos agricultores familiares, mas também os condicionantes mais gerais que afetam estes processos, como a globalização do sistema agroalimentar (GODFRAY *et.al.*, 2010). Assim, a abordagem dos regimes alimentares oferece referências importantes que podem ajudar a compreender estes processos a partir de uma perspectiva histórica. No entanto, para inserir a agricultura familiar nessa perspectiva de análise, se faz necessário um debate mais amplo em torno do desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, v. 47, n. 1, p. 33-52, jan./jun., 2000.

BERNSTEIN, H. Agrarian political economy and modern world capitalism: the contributions of food regime analysis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n.3, p. 611-647, 2016. DOI: 10.1080/03066150.2015.1101456

BURCH, D.; LAWRENCE, G. Supermarket own brands, supply chains and the transformation of the agri-food system. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**. v. 13, n. 1. p. 1-18, 2005.

_____.; _____. Towards a third food regime: behind the transformation. **Agriculture and Human Values**, Amsterdam, v.26, 2009.

CAIAZZA, R.; VOLPE, T. The Global Agro-food System From Past to Future. **Business Review**, China-USA, v. 11, n.7, p. 919-929, 2012.

D'ODORICO, P. *et. al.* Feeding humanity through global food trade. **Earth's Future**, v.2, n. 9, p. 458-469, 2014.

FRIEDMANN, H. ; McMICHAEL, P. Agriculture and State System. The rise and decline of national agriculture from 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v.29, n.2, p.93-117, 1989.

_____. Commentary: Food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 671-692, 2016. <http://dx.doi.org/>, DOI:10.1080/03066150.2016.1146254

_____. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. **Agriculture and Human Values**, Amsterdam, v.26, n.4, p.335-344. 2009.

_____. From colonialism to green capitalism: social movements and emergence of food regimes. In: MARSDEN, T (org.). **New Directions in the Sociology of Global Development (Research in Rural Sociology and Development, Volume 11)**. Emerald Group Publishing Limited (ed.), 2005. p. 227-264

_____. International regimes of food and agriculture since 1870. In: T. Shanin (ed.). **Peasants and Peasant Societies**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

_____. The political economy of food: a global crises. **New Left Review**, London, n.197, p. 29-57, jan./feb., 1993.

_____. The political economy of food: The rise and fall of the postwar international food order. **American Journal of Sociology**, 88(suplemento), p. 248-86, 1982.

_____. McNAIR, A. Whose rules rule? Contested projects to certify "local production for distant consumers". **Journal of Agrarian Change**, v.8, n. 2–3, p. 408-434, 2008.

_____. **Food regime analysis and agrarian questions**: widening the conversation. In: International Colloquium on Global Governance/Politics, Climate Justice & Agrarian/Social Justice: Linkages and Challenges, The Hague, fev., 2016. (Paper 57).

GODFRAY, H.C.J, *et al.* Food security: The challenge of feeding 9 billion people. **Science**, New York, 327, p. 812–818, 2010.

GRANOVETTER, M. The Impact of social structure on economic outcomes. **Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n 1, p. 33-50, 2005.

GRISA, C. **Produção "pro gasto", um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. 2007, 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GUIVANT, J.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C. **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: UFSC, 2010.

HAWKES, C.; CHOPRA, M.; FRIEL, S. Globalization, trade, and the nutrition transition. In: **Globalization and Health: Pathways, Evidence and Policy**. New York: Routledge, 2009. p.235-262.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. Food crisis, food regimes and food movements: rumblings of reforms or tides of transformation? **Journal of Peasant Studies**, London, v.38, n.1, 2011.

LANG, T.; HEASMAN, M. **Food Wars**. The Global Battle for Mouths, Minds and Markets. London: Earthscan, Second Edition. 2015.

_____. What food and farming for? – the (re)emergence of health as a key policy driver. In: MARSDEN, T (org.). **New Directions in the Sociology of Global Development** (*Research in Rural Sociology and Development, Volume 11*). ed. Emerald Group Publishing Limited. 2005. p. 123-144.

MARSDEN, T; MORLEY. A. **Sustainable food systems – building a new paradigm**. London: Earthscan/Routledge, 2014.

McMICHAEL, P. **Food regimes and agrarian questions**. Halifax, NS: Fernwood, 2013.

_____. A food regime analysis of 'global food crisis'. **Agriculture and Human Values**, Amsterdam, v.26, n.4, 2009, p.281-295.

_____. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, London, v.36, n.1, 2009a, p.139-169.

_____. Commentary: Food regime for thought. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n.3, p.648-670, 2016. DOI: 10.1080/03066150.2016.1143816

_____. **Food Regimes and Agrarian Questions**. Halifax, NS: Fernwood, 2013.

_____. Historicizing Food Sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v.41, n. 6, p. 933-957, 2014.

_____. The power of food. **Agriculture and Human Values**, v 17, p. 21-33, 2000.

MOL, A. Enverdecendo a economia em rede: colocando a governança informacional em perspectiva. In: GUIVANT, J.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C. **Novas práticas alimentares no mercado global**. UFSC. Florianópolis/SC. 2010. p. 59-79.

NIEDERLE, P. A. **Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França**. 2010. 263f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Rural do Rio e Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

OOSTERVEER, P. SONNENFELD, D. A. Globalization and food production and consumption. In: **Food, Globalization and Sustainability**. London/New York: Earthscan, 2012. p. 13-39.

_____; GUIVANT, J.; SPAARGAREN, G. Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. In: GUIVANT, J.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C. **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 15-57.

OTERO, G. The neoliberal food regime in Latin America: state, agribusiness transnational corporations and biotechnology. **Canadian Journal of Development Studies**, Ottawa, v.33, n.3, 2012.

PEINE, E. **The private state of agribusiness**: Brazilian soy in the frontier of a new food regime. Dissertation (Ph.D. on Development Sociology), Cornell University, Ithaca, 2009.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul**: limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen: URI, 2008.

PLOEG, van der J.D. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____; *et al.* Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 392-408, out., 2000.

PRITCHARD, B. *et. al.* 'Stepping back and moving in': the role of the state in the contemporary food regime. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 693-710, 2016. DOI: 10.1080/03066150.2015.1136621

_____. The long hangover from the second food regime: a world-historical interpretation of the collapse of the WTO Doha Round. **Agriculture and Human Values**, Amsterdam, v. 26, n.4, 2009.

REARDON, T.; BERDEGUÉ, J.A. The rapid rise of supermarkets in Latin America. Challenges and opportunities for development. **Development Policy Review**, v. 20, n. 4, p. 371–388, 2002.

_____; TIMMER, P. C. Transformation of markets for agricultural output in developing countries since 1950: how has thinking changed? In: EVENSON, R.; PINGALI, P. (ed.). **Handbook of Agricultural Economics**, v. 3. Filadélfia: Elsevier, 2007.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: UFRGS. 2008.

NOTA

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Enviado em: 05 abr. 2016

Aceito em: 31 mai. 2016

Editores responsáveis: Alysso Ramos Artuso, Hermelinda P. P. Martins